

**ATA NÚMERO 178/XIII/3.ª SL**

Aos catorze dias do mês de fevereiro de 2018, pelas 11:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Aprovação da ata n.º 176;**
- 2. Apreciação da Nota de Admissibilidade da Petição n.º 462/XIII/3.ª – “*Dedução no IRS do valor pago a empregadas domésticas*”;**
- 3. Designação de autor do parecer à Proposta de Lei n.º 109/XIII/3.ª (GOV) – “*Procede à alteração das regras de comercialização de produtos financeiros e de organização dos intermediários financeiros, e transpõe as Diretivas 2014/65, 2016/1034 e 2017/593*”;**  
**Cabe ao GP PSD**
- 4. Discussão e votação do requerimento do PSD, sobre o pedido de remessa do Plano de reestruturação da Caixa Geral de Depósitos;**
- 5. Outros assuntos.**

---

Ainda antes de passar aos pontos agendados para a Ordem do Dia, a Senhora Presidente fez referência à despedida do Dr. João Coelho enquanto Coordenador da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO), elogiando o seu trabalho, notando que a UTAO respondeu sempre com isenção e objetividade ao acréscimo de tarefas e ao longo período com recursos humanos abaixo do previsto.

Os Senhores Deputados João Galamba (PS), Inês Domingos (PSD), Cecília Meireles (CDS-PP), Paulo Sá (PCP) e Paulino Ascensão (BE) associaram-se aos agradecimentos da Senhora Presidente, agradecendo o excelente nível e a qualidade do trabalho da UTAO e manifestando confiança de que o mesmo continuará a suceder.

- 1. Aprovação da ata n.º 176.**

A ata foi aprovada por unanimidade.

**2. Apreciação da Nota de Admissibilidade da [Petição n.º 462/XIII/3.ª](#) – “Dedução no IRS do valor pago a empregadas domésticas”**

A petição foi admitida, sem oposição de qualquer GP. O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) perguntou como serão os trâmites ulteriores, respondendo a Senhora Presidente que, após receção da informação que será solicitada ao Governo, será elaborado um relatório final para apresentar em sede de comissão.

**3. Designação de autor do parecer à [Proposta de Lei n.º 109/XIII/3.ª \(GOV\)](#) – “*Procede à alteração das regras de comercialização de produtos financeiros e de organização dos intermediários financeiros, e transpõe as Diretivas 2014/65, 2016/1034 e 2017/593*”;**

**Cabe ao GP PSD**

O PSD indicou a Senhora Deputada Inês Domingos.

**4. Discussão e votação do requerimento do PSD, sobre o pedido de remessa do Plano de reestruturação da Caixa Geral de Depósitos**

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo reapresentou o requerimento, nos mesmos termos da semana anterior.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP), notando que nada tem a opor ao requerimento, pediu ao PSD para concretizar melhor o objeto, uma vez que a parte do plano que não está sujeita a sigilo já se encontra disponível. Recordou que, com outros bancos, sucedeu exatamente o mesmo.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) declarou que o requerimento é claro e que a Senhora Presidente poderá coordenar com a Caixa Geral de Depósitos (CGD) o que é passível de ser disponibilizado.

A Senhora Presidente referiu que é possível que haja partes não públicas mas não abrangidas pelo sigilo e que iria dialogar com o Presidente Executivo da CGD para ver o que seria possível.

O Senhor Deputado João Galamba (PS) considerou a dúvida do PCP bastante pertinente e que seria estranho haver partes não sigilosas não disponibilizadas. Defendeu que a CGD dirá que já tornou público o que pode tornar público, ao que a Senhora Presidente retorquiu que pode haver diferenças entre o que é publicitado e o que pode ser disponibilizado.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) reiterou que não se opõe a esta metodologia mas que já houve vários pedidos semelhantes, a vários bancos, e que a DGComp diz sempre que não é possível.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) declarou que queria perceber o que iri ser solicitado mas que a Senhora Presidente já esclareceu.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) afirmou que faz sentido que o requerimento seja aprovado, até para esclarecer as dúvidas que foram levantadas.



O requerimento foi aprovado por unanimidade.

**5. Outros assuntos.**

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS), enquanto Coordenador do GT “Lei de Enquadramento Orçamental”, transmitiu que, no âmbito desse mesmo GT, não havendo um documento que contextualize o mesmo, irá ser elaborado um texto que faça esse enquadramento, sugerindo que na próxima reunião da COFMA, após consenso com os membros do GT, esse texto seja discutido e aprovado.

Não se registando outros assuntos, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião.

A reunião foi encerrada às 12:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de fevereiro de 2018

**A PRESIDENTE**

(Teresa Leal Coelho)

**Reunião de 14 de fevereiro de 2018**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos  
Carlos Silva  
Cecília Meireles  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Fernando Anastácio  
Inês Domingos  
João Galamba  
Margarida Balseiro Lopes  
Margarida Marques  
Mariana Mortágua  
Paulino Ascensão  
Paulo Sá  
Paulo Trigo Pereira  
Ricardo Leão  
Rubina Berardo  
Teresa Leal Coelho  
Miguel Tiago

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Leitão Amaro  
António Ventura  
Hortense Martins  
Nuno Sá

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Paulo Correia  
João Pinho de Almeida